

# Superior Tribunal de Justiça

**PEExt no HABEAS CORPUS Nº 533.655 - SP (2019/0276841-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE** : **PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES**  
**ADVOGADO** : **MARIANA PASCON SCRIVANTE GALLI - SP312878**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**IMPETRANTE** : **JOSE FERNANDO PINTO DA COSTA E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ PERDIZ DE JESUS - DF010011**  
**EDUARDO DE VILHENA TOLEDO - DF011830**  
**ANDRÉ LUIZ MENEZES LINS - DF024939**  
**GUILHERME BRITTO REZENDE - SE003945**  
**JOSE FRANCISCO FISCHINGER MOURA DE SOUZA - DF048277**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**INTERES.** : **JOSE FERNANDO PINTO DA COSTA (PRESO)**

## DECISÃO

O presente *writ* foi impetrado aqui em razão do decreto de prisão preventiva exarado pelo Juízo Federal da 1ª Vara Federal Mista de Jales – SJ/SP no Procedimento n. 0000122-85.2019.4.03.6124 e do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 5022827-31.2019.4.03.0000, em curso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em 26/9/2019, deferi medida liminar em favor de **José Fernando Pinto da Costa**.

Chegou agora petição de **Paulo Roberto Pereira Marques** (fls. 1.416/1.426), requerendo a extensão dessa decisão a ele, com o argumento de ser aplicável o art. 580 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Aparentemente, o requerente encontra-se em situação análoga à do paciente beneficiado com a substituição da prisão preventiva por cautelas alternativas, de rigor é a extensão da decisão nos moldes do referido art. 580.

**Defiro** o pedido para, em caráter liminar, estender a **Paulo Roberto Pereira Marques** a decisão prolatada às fls. 904/907, naqueles mesmos termos, isto é, a fim de, por ora, substituir a prisão preventiva pela proibição de contatar, seja por que meio for, qualquer pessoa envolvida na investigação, funcionários, alunos e ex-alunos, e os atuais

# *Superior Tribunal de Justiça*

gestores/administradores da Universidade Brasil, bem como a proibição de ter qualquer tipo de acesso a essa instituição e a outra sob investigação.

Ressalto que outras medidas cautelares podem ser fixadas pelo Juízo Federal da 1ª Vara Federal Criminal de Jales – SJ/SP, e mesmo as ora aplicadas podem vir a ser flexibilizadas pelo responsável pela condução do feito na origem, considerando o avançar do IPC n. 20-0019/2019-DOF/JLS/SP (*Operação Vagatomia*) e a alteração do quadro fático a indicar a necessidade de readequação das medidas cautelares alternativas à prisão.

Destaco também que, em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações impostas por força das cautelares ou de superveniência de motivos novos e concretos para tanto, é possível o restabelecimento da prisão preventiva do requerente.

Solicite-se ao Juízo Federal que complemente as informações prestadas, no ponto concernente à atual situação dos já beneficiados com as medidas cautelares alternativas, dizendo inclusive se foram aplicadas outras. Estabeleço o prazo de 5 dias para que sejam prestadas.

Tão logo juntadas, devolvam-me os autos, uma vez que já há parecer do Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator